

# OS ATAQUES DO GOVERNO



# TEMER

# OS ATAQUES DO GOVERNO TEMER CONTRA OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA



Como já era de se esperar de um governo ilegítimo, o governo interino de Michel Temer tem colocado em prática medidas que são verdadeiros estragos para o país. Camuflado pelo chamado “cortes de gastos”, o governo interino vem anunciando medidas que, entre outros, afetam abertamente a educação pública, a saúde e a moradia. O que, na verdade, faz parte dos planos da direita conservadora para atacar os direitos da classe trabalhadora, fazendo que esta pague pela crise que se instalou no país.

Para conseguir colocar em prática suas medidas, o governo Temer tem até mesmo passado por cima do que diz a Constituição Federal de 1988. Na tentativa de tirar do Estado a obrigação de cumprir com os investimentos mínimos em políticas sociais, o atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o Novo Regime Fiscal. O intuito desta PEC é o congelamento dos gastos do governo, iniciando em 2017, e alcançando os próximos vinte anos.

Segundo especialistas, para que essa medida ocorra serão necessárias duas mudanças na Constituição. Primeiro, seria necessário acabar com a vinculação – que são os pagamentos de despesas obrigatórias- dos recursos para saúde, educação e previdência. O professor de Economia Eduardo Fagnani (Revista Caros Amigos, nº232/2016) explica que: “Desde 1934, a Constituição de 1988 estabeleceu que o governo federal tem que aplicar 18% da receita e estados e municípios 25%. Se essas vinculações não existirem, todo o dinheiro acaba indo para gestão da dívida pública”.

A segunda mudança diria respeito ao congelamento dos gastos, que teria como referência as contas de 2016, que já estariam em um nível baixo por conta do ajuste fiscal realizado em 2015. Fazendo um comparativo com os investimentos dos últimos 10 anos nas áreas de educação e seguridade social, o economista João Sicsú concluiu que se essa medida tivesse sido praticada em 2006, atualmente os gastos com educação seriam 40% menores, bem como os gastos com a previdência. (Revista Caros Amigos, nº232/2016).

Ainda segundo o economista, as consequências de tais cortes são imprevisíveis: “Não sei o que vai acontecer. As pessoas vão começar a colocar fogo em hospitais, quebrar escolas. A democracia e a cidadania social são corpos estranhos ao capitalismo brasileiro. Essa é a questão que está em jogo. O capitalismo brasileiro não convive nem com a democracia, nem com direitos sociais”, afirmou o economista.

Continuando a série de ataques, uma das primeiras medidas aprovadas pelo governo Temer foi a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que subiu de 20% para 30%. A DRU é um instrumento que autoriza o governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. As contribuições sociais são a principal fonte de recursos da DRU, correspondendo a cerca de 90% do montante desvinculado.

Apresentado-se como aquele que vai controlar as contas públicas, o governo Temer acabou aumentando os gastos, fazendo com que o rombo aumentasse de R\$96 bilhões para R\$ 170 bilhões, todavia não chegou a especificar quais os setores envolvidos no rombo e nem por que esse é o déficit das contas públicas. A pesquisadora Elaine Behring aponta as contradições deste aumento: “O governo Temer recebe uma autorização de gastos muito superior ao do governo Dilma, sob o argumento do equilíbrio das contas públicas. Isso é uma incongruência, absolutamente inconsistente. Se eles querem acertar as contas, então, primeiro deveriam pensar em diminuição da autorização dos gastos públicos”.

No que se refere à previdência, o governo interino tem como proposta a fixação de outra idade mínima de aposentadoria e a diminuição da diferença de idade entre homens e mulheres.

Como se não bastasse a ilegitimidade de seu governo, Michel Temer resolveu mexer num dos programas mais populares do governo anterior, o Minha Casa, Minha Vida. O ministro das Cidades, Bruno Araújo, chegou a cancelar 11 mil projetos da Minha Casa, Minha Vida Entidades, que é uma modalidade do programa principal em que movimentos populares gerenciam o projeto e a construção.

Outra medida de Michel Temer foi acabar com o subsídio para as faixas 1 e 2, a população mais pobre, do programa Minha Casa, Minha Vida. Todavia, após a ocupação de integrantes do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) no prédio da Presidência da República em São Paulo, o governo teria voltado atrás na decisão. No entanto, segundo Marcelo Edmundo, dirigente da Central dos Movimentos Populares, todos os projetos da modalidade Entidades continuam paralisados.

A questão é que mesmo em pouco tempo de governo, mesmo sendo interino, o governo Temer vem promovendo duras ações contra os trabalhadores e trabalhadoras, contra a população pobre do Brasil. Diante de tantos ataques, em especial à educação (não podemos esquecer que o governo Temer quer impor a “Escola Sem Partido”), não podemos deixar de engrossar o coro: ‘Fora Temer!’.

## JORNAL O GLOBO DEFENDE O FIM DO ENSINO SUPERIOR GRATUÍTO

[www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

# O GLOBO

Deixando bem evidente sua posição prol golpistas, o jornal O Globo, em editorial do dia 24 de julho, defende o fim do ensino superior gratuito, como meio de combater a crise pela qual o país vem passando. “Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado. E em países avançados, com muito mais centros de excelência universitária que o Brasil”.

A opinião de O Globo, que não passa de um porta voz da burguesia, deixa evidente o

que os docentes da UFRB já vinha discutindo há tempos (não vamos esquecer quando os docentes em greve foram às ruas contra os cortes na educação), o fato de a burguesia querer sim o fim do ensino público e gratuito. Aproveitando a tomada do poder pelos golpistas, a defesa pela privatização do ensino superior está escancarada. Isso fica evidente até mesmo na fala do próprio ministro da educação, Mendonça Filho (DEM), que já afirmou ser favorável à privatização.

O processo de privatização parece já está colocado, resta saber se os/as docentes e discentes das universidades públicas vão ficar inertes, ou se vão se mobilizar contra essa proposta golpista de privatização do ensino superior gratuito.

# LUTA DA ESQUERDA NÃO PODE MINIMIZAR GÊNERO E RAÇA

*Ataques conservadores tentam deslegitimar defesa da igualdade sob o viés dos direitos humanos e progressistas não podem desconsiderar quem mais sofre com preconceitos*

**Escrito por: Luiz Carvalho e Rafael Silva**

A resposta ao conservadorismo que ganha cada vez mais corpo por meio da deslegitimação



Muito a aprender

Presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, acredita que nunca o mundo esteve tão ameaçado de perder os princípios cidadãos, uma realidade mundial que vai além do Brasil dos ataques à democracia e se expressa na saída xenofóbica do Reino Unido da União Europeia e na candidatura de Donald Trump à presidência dos EUA.

O caminho, alerta, é tratar desiguais de maneira diferente. “A classe trabalhadora em geral sofre com o preconceito, mas alguns sofrem muito mais do que outros e temos de ter um corte por gênero e raça na nossa luta”, defendeu.

O racismo, disse o secretário Geral da CUT-SP, João Cayres, tem o mesmo peso que o machismo na balança de fatores que atrasam o desenvolvimento do país. “Devemos combater o que está nas entrelinhas, o que discrimina, o que faz considerar a magia africana pecadora e a magia anglo saxônica, de Harry Potter, linda”, comparou.

Resistir é o caminho

Gestoras de projetos e Iyalorixá – sacerdotisa no Candomblé – Solange Machado contou um pouco de sua história que, na prática, é a de muitas mulheres. Primeiro, era discriminada porque crescia profissionalmente no trabalho e atribuíam isso a ‘favores’ sexuais e não à competência. Depois, ao conhecerem sua crença, colegas atribuíam os avanços à ‘feitiçaria’.

A reação foi responder à altura. “Se eu me recolhesse diante de uma ofensa, iria alimentá-la. O tempo de submissão acabou porque o preto foi pra escola, a preta se formou e tem direito a ganhar o mesmo salário de um homem branco que faz a mesma função. E saiba que se alguém mudar de cadeira porque você é preta ou acredita em uma religião de matriz africana, pode processar”, ensinou.

Um aprendizado que precisa ainda ser repetido, conforme lembrou a advogada e membro da Associação de Mulheres Negras Aqualtune, Allyne Andrade. Para ela, os avanços de conquistas gerais de combate à violência como a Lei Maria da Penha e contra o feminicídio não se desdobram quando o foco é o recorte por raça.

Prova disso, falou, é que o assassinato de mulheres negras cresceu 54% entre 2003 e 2013, enquanto o de mulheres brancas recuou 9,8%. O mesmo ocorre em outros índices como mortalidade materna e a violência sem vítimas fatais.

Para ela, é preciso que as mulheres da esquerda tenham mais ousadia na luta pelo empoderamento. “Falamos muito da direita, mas temos de fazer o trabalho entre nós. É muito simbólico quando uma mesa de mulheres negras tem um homem branco como forma de legitimá-la. A esquerda não abriu mão dos privilégios da branquitude. Para reverter isso, precisamos pensar além, pensar condições para negras serem viabilizadas como candidatas pelos partidos”, cobrou.

Educação e drogas

A última roda de conversa teve a participação da cientista social e presidenta do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de São Paulo, Anatalina Lourenço, e da pesquisadora na área de drogas e sociabilidade e integrante da Iniciativa Negra Por Uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), Amanda Amparo.

Anatalina falou que o formato de ensino existente hoje no país não dá condições para o estudante refletir sobre a sociedade e não motiva a frequentar o espaço escolar.

A cientista também criticou o programa Escola Sem Partido, projeto que está no Senado e que busca o fim de uma suposta “doutrinação” em salas de aula. “A escola sem partido é a manutenção da escola racista, sexista, machista, homofóbica e excludente”.

Já Amanda dialogou sobre a urgência de ampliar o debate acerca da política sobre drogas no Brasil, sobretudo na perspectiva racial. Segundo a pesquisadora, ainda há uma resistência em abordar o assunto. “A gente precisa discutir a questão da guerra às drogas se quisermos falar do genocídio da população negra. Não dá para desconsiderar, pois esse é um fator majoritário dentro desse tema”.

No Brasil, de acordo com o último relatório do Infopen Mulheres (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), publicado pelo Ministério da Justiça, 38 mil mulheres estão em cárcere, sendo que a grande maioria (68%) está presa por crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Mas Amanda ressalta que muitas dessas mulheres encarceradas são negras, algumas chefes de família, e pertencem a um ciclo de desigualdade. “Não é qualquer guerra (de combate às drogas) que estamos falando. Ela é específica. Tem cor, recorte social, localização geográfica, e é contra pretos e pretas”, afirma.

A atividade terminou com uma apresentação da cantora Izalú de suas canções que abordam questões políticas e sociais. Ao final, as participantes seguiram para se unir à Marcha das Mulheres Negras, que ocorreu no centro da capital paulista.

de qualquer luta em defesa da igualdade, veio nesta segunda-feira (25) na forma de cultura e de debate que setores conservadores tentam estrangular num Brasil sob direção golpista.

A celebração do Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha e do Dia Nacional de Tereza de Benguela, no saguão da sede da CUT, em São Paulo, teve roda de conversa para falar sobre trabalho, políticas públicas, violência, espiritualidade, drogas e educação. E também roda de capoeira, rap e poesia.

Ao final do dia, ficou o recado pelas vozes das mulheres negras que estiveram na sede da Central: diante dos gritos hidrofóbicos dos conservadores, a missão da esquerda é gritar ainda mais pelas periferias e em defesa do direito às diferenças, estas que devem servir para unir todos aqueles que não acreditam na obrigatoriedade de se adequar, seguir e aceitar padrões racistas, apontou a secretária de Combate ao Racismo da CUT, Maria Júlia Nogueira.

“O racismo só será vencido quando negros e brancos se juntarem para erradicar essa chaga que ainda persiste na sociedade brasileira”, disse.

Otimista, a secretária da Mulher Trabalhadora da Central, Junéia Batista, defendeu que as dificuldades devem servir para unificar os movimentos progressistas apartados por diferenças na batalha.

“Não podemos nos esquecer das tristezas da desigualdade com as quais o povo negro convive, mas precisamos ressaltar a alegria das conquistas dos últimos 13 anos. Até setembro de 2018 teremos de estar preparados para muitas dificuldades no objetivo de retomarmos a democracia”, falou.

Papel da CUT

A necessidade de unidade que forja a criação de secretarias voltadas a quem enfrenta diariamente o preconceito no mundo do trabalho. “Quando a CUT criou a Secretaria de Combate ao Racismo foi para empoderar o negro no mercado e fortalecer nossa luta”, afirmou Rosana Silva, secretária de Combate ao Racismo da CUT-SP.

Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SP, Ana Firmino, apontou como o golpista Michel Temer (PMDB) tem minado as possibilidades de políticas públicas de combate à desigualdade. “Uma das grandes portas de entrada para combater as discriminações é o concurso público, porque, ao contrário do setor privado, que discrimina negros e mulheres, o serviço público não leva em conta raça e gênero na contratação. Portanto, quando os golpistas cortam os concursos, ferem diretamente as políticas de promoção de igualdade”, explicou.

O mesmo acontece quando setores defensores de medidas como o fim da Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação, conseguem avançar.

“Esses setores querem as heroínas africanas longe das salas de aula para que as crianças aprendam apenas o que a elite branca escreveu”, definiu a secretária nacional adjunta de Cultura, Anyelle Nascimento.

Secretária Adjunta de Mulheres da Prefeitura de São Paulo, Dulce Xavier, também falou sobre a Lei 10.639, mas abordou o papel formativo que cumpre e, por isso mesmo, torna-se indesejada. “Essa é uma das políticas mais eficazes para aprender sobre a história do povo negro e ajudar a construir respeito. Para que as crianças tenham mais facilidade em reconhecer sua raça, cor e cultura. O desafio, porém, continua fazer com que seja implementada de fato”, avaliou.



# ANDES E PROIFES: AS DIFERENTES FORMAS DE CAPITULAÇÃO AOS GOLPISTAS

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Os desdobramentos da crise política fomentaram um Golpe de Estado, que não somente é contra o governo da presidente Dilma Rousseff e o PT, mas representa, principalmente, um ataque colossal aos direitos dos trabalhadores e da população em geral. A constituição de um processo farsa no congresso nacional para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, que contou com apoio de um forte esquema midiático das empresas capitalistas de comunicação (Globo, Folha de SP, Estadão, Veja, entre todas as outras), para engabelar a população com o surrado discurso de combate à corrupção já não consegue manter o mínimo de aceitação.

A constituição de um governo formado por notórios políticos acusados de corrupção mostra de maneira cabal que a encenação de luta contra corrupção nada mais é do que o método tradicional da direita reacionária de usar o falso moralismo das classes médias para derrubar governos eleitos.

O programa e as primeiras medidas do governo Temer já evidenciaram que se trata de um dos governos mais reacionários da história política brasileira, formado por partidos tradicionais (PSDB, DEM) que foram rechaçados nas urnas e que se uniram com os golpistas de dentro da antiga coligação governista (PMDB) para, de maneira consciente, estabelecer um feroz governo antipovo. Estamos diante de um governo que tem como objetivo central atacar duramente as conquistas dos trabalhadores (através da reforma da previdência, da reforma trabalhistas, da quebra dos programas sociais, entre outras medidas).

No terreno da Educação essa caracterização do governo golpista não somente não foge à regra, como é ainda mais escandalosa. Para não deixar dúvidas quanto os objetivos e intenções dos golpistas, o Ministério da Educação foi entregue ao DEM, que tem fomentado a Escola Sem Partido e atacado em todos os terrenos a educação pública e o funcionalismo público.

Crise política e o movimento docente

Num cenário como esse, o que deveríamos esperar das direções das entidades representativas dos docentes do ensino superior? No mínimo, uma intensa campanha contra o golpe e contra as medidas de ataque aos trabalhadores e a educação pública, pois é importante ressaltar mais uma vez que não estamos em uma conjuntura qualquer, mas em uma situação extremamente grave e decisiva.

Entretanto, as posições adotadas tanto pelo Proifes quanto pelo Andes são de passividade diante do golpe, o que é um dos fatores que facilitam completamente o trabalho de terra arrasada dos golpistas. Senão, vejamos: As posições de capitulação política da diretoria do Andes à direita e aos golpistas já tenho sistematicamente criticado e denunciado tanto neste espaço quanto nos próprios fóruns representativos do sindicato nacional (Conad, Encontro do Setor das Federais, Congresso). A diretoria do Andes (um condomínio da esquerda pequeno burguesa PSOL, PCB e PSTU) tem um discurso ultraesquerdista, próprios das posições dos seus correligionários pró- direita da CSP/PSTU, que, na prática, apoia o golpe, na medida em que se nega até mesmo em reconhecer que o governo Temer é fruto de um golpe (Para eles são apenas inocentes “manobras”).

No 61º Conad do Andes, a recém eleita diretoria (do velhíssimo grupo político, o melhor o mesmo de sempre) recusou a luta contra o golpe, e apesar de aprovar o “ Fora Temer”, (por sinal não foi tirado nenhum panfleto e cartaz até agora) coloca em prática uma política de legitimação do golpe, inclusive, de maneira obtusa, rejeita lutar contra o impeachment de Dilma, sobre mil pretextos sectários ( PT= direita, não defendemos governos, todos são iguais, o PT isso e o PT aquilo).

E a posição do Proifes? Evidentemente, até mesmo pela composição (formada por setores do PT ou governista como preferem a diretoria do Andes), não poderia ser a mesma da diretoria do Andes. Entretanto, no fundamental, o Proifes tem apenas uma posição protocolar contra o impeachment e, na prática, não tem impulsionado nenhuma reação ao golpe.

Desde o início da crise no ano passado, o Proifes tirou um ou outro documento ou nota pública em “defesa da democracia”, participou de audiência dos movimentos sociais com a presidenta Dilma antes do afastamento e, assim como o Andes, se coloca contra “agenda neoliberal”, representada pela “Ponte para o futuro”. O que fez de mais contundente foi assinar o “Manifesto - Trabalhadores (as) do serviço público e das estatais contra o golpe”, junto com sindicatos cutistas. ( 31/5/16)

A resistência contra o golpe da direita tem como um dos seus grandes protagonistas a CUT, que, juntamente com o MST e outros setores dos movimentos sociais, organizaram um movimento “ não vai ter golpe”, que inclusive teve grande repercussão e adesão nas universidades brasileiras, com a criação de comitês. Esse movimento é uma importante mobilização que quebrou a narrativa do discurso único da direita coxinha.

Entretanto, é importante ressaltar que se bem que sindicatos da base do Proifes participaram da mobilização como a APUB, isso se deu como resultado de uma ação local e não de uma explícita orientação contra o golpe pelo próprio Proifes, pois não existe no site ou nos materiais da entidade nacional uma campanha de luta contra o golpe. Dessa forma, é correto afirmar que o Proifes não colocou, como corretamente fez a CUT, a campanha contra o golpe e em defesa dos direitos como eixo fundamental na atual conjuntura. Assim, a construção da greve geral é desconsiderada pelo direção do Proifes.

Como entender tal atitude da direção do Proifes? Ela pode ser explicada pela posição adotada por vários setores, que mesmo se colocando formalmente contra a derrubada do governo do PT, somente acreditam ser possível atuar por dentro das instituições “democráticas” (parlamento, judiciário etc). Na medida em que o controle dessas instituições pelos golpistas é cada vez mais efetiva, bem como a continuidade da intensa campanha da imprensa capitalista contra o PT, setores significativos adotam a prostração e a resignação diante dos “ fatos consumados”.

A política confusa de eleições gerais (uma aceitação do próprio golpe), bem como a ausência de mobilização após o afastamento de Dilma pelo congresso nacional, contribui para o impasse da luta contra o golpe. A posição adotada por parte da bancada dos deputados do PT e pelo PCdoB na eleição de Rodrigo Maia como presidente da Câmara de deputados é a expressão mais visível do fracasso dessa política.

As maquinações e controle das instituições “democráticas” (judiciário, congresso, PF, TCU) pelos golpistas evidenciam o fracasso de uma política tipicamente de frente popular, ou seja, de conciliação de classe. Existe uma alteração substantiva na situação política, em escala internacional inclusive, com o imperialismo e as classes dominantes rompendo com os pactos anteriores firmados, pois não é mais possível conviver com concessões para os trabalhadores, por menor que elas sejam.

A luta contra o golpe é crucial e não é simplesmente a defesa da manutenção do governo eleito do PT, mas é, sobretudo, uma resistência contra os planos da direita, que está disposta a realizar uma alteração não somente nas condições de vida da maioria da população quebrando direitos, mas inviabilizando os direitos democráticos elementares.

É válido lembrar que é preciso construir uma nova direção para o movimento docente, que precisa se construir a partir de uma outra política em relação à diretoria do Andes e à diretoria do Proifes. Não se trata de um terceiro campo abstrato, e muito menos as bobagens do tipo (nem e nem), mas de um movimento real a partir da luta contra o golpe e em defesa dos direitos. Esse movimento de renovação e luta já está existindo na base, precisamos é organiza-lo como uma alternativa consciente de direção tanto na base do Andes quando nos sindicatos filiados ao Proifes.

## NOTA DOS ESTUDANTES REFERENTE À OCUPAÇÃO À REITORIA



Nós estudantes lotados no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas- CETEC e no Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas – CCAAB, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB viemos a público anunciar que ocupamos a mesma, devido aos problemas existentes, reafirmando nosso compromisso com a luta da classe trabalhadora e com a

construção de um projeto de universidade que acreditamos, os principais fatores que nos levaram a ocupar, foram: A irregularidade e o atraso no pagamento dos trabalhadores (as) terceirizados (as) por mais de dois meses; A suspensão das atividades do Restaurante Universitário e o seu constante funcionamento em condições de insegurança alimentar para os estudantes.

Somos um movimentos composto por estudantes de vários segmentos (residentes, auxílio pecuniário a moradia, alimentação e emergencial), que ao longo dos anos sempre estiveram abertos ao dialogo com a PROPAAE e com os setores da reitoria, deixando bem postos os problemas e buscando a solução para os mesmos, problemas tais como,

a suspensão dos editais PPQ, condições precárias de infraestrutura das residências, onde algumas se encontram sem cama, cadeiras, mesas e serviços básicos como o acesso a internet e água.

Ao longo do dia nos mantivemos disponíveis para realizar diálogo com a reitoria, chegamos a agendar para às 15 horas de hoje (segunda, 25 de julho) a discussão dos pontos de pautas com a reitoria e a mesma não esteve presente e não apresentou nenhuma justificativa.

Informamos a comunidade acadêmica que continuaremos a ocupação e convidamos todas (os) a se somarem a nossa luta; estaremos realizando ao longo dos dias atividades nos pavilhões e espaços da universidade, reafirmamos nosso compromisso com a classe trabalhadora, com a construção de uma universidade que garanta o acesso e permanência as políticas de ações afirmativas e pela não retirada dos direitos conquistados.



## 98 ANOS DE ANTONIO CANDIDO

No dia 24 de julho, o sociólogo, literato e professor universitário Antonio Candido completou 98 anos. Nascido em 1918 no Rio de Janeiro, Antonio Candido é tido como um dos intelectuais mais respeitados atualmente. Um dos mais importantes estudiosos da literatura brasileira e estrangeira do Brasil, dispõe de uma extensa obra crítica, respeitada e utilizada nas principais universidades do país. Além de crítico literário, Antonio Candido também atua como professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Além da USP, é professor emérito da UNESP, e doutor honoris causa da UNICAMP. De suas obras de crítica literária, a que é considerada a mais importante é Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos), de 1959. Com suas obras, Antonio Candido não só contribuiu para modificar a forma como a literatura brasileira era analisada, mas também transformou a interpretação acerca da própria sociedade brasileira.

